

Ibama ameaça intervir no lago

ALINE FONSECA E
FABIOLA GÓIS

DA EQUIPE DO CORREIO

A Gerência Executiva do Ibama-DF vai notificar moradores do Lago Norte e Lago Sul que estão em irregularidade ambiental caso a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) não tome providências. Após reportagem publicada ontem pelo **Correio**, o Ibama-DF pediu à Semarh que se posicione sobre a ocupação da orla do Lago Paranoá. "O Ibama terá de agir supletivamente, na contramão do que vem acontecendo, porque de fato a situação revelada é estereotípica e comprometedor", afirmou o gerente-executivo do órgão federal, Francisco Palhares, em tom de crítica ao órgão ambiental distrital.

A fiscalização da bacia do Lago Paranoá, o que inclui o Lago Sul e o Lago Norte, é de responsabilidade da Semarh e, a princípio, o Ibama-DF não pode atuar na região. No Distrito Federal, porém, o órgão federal tem a gestão da Área de Proteção Ambiental (APA) do Planalto Central — 60% do território do DF está nessa APA — mas a bacia do Paranoá está excluída dela. O Ibama-DF pode fiscalizar as áreas da Semarh de forma supletiva, o que politicamente significa intervenção.

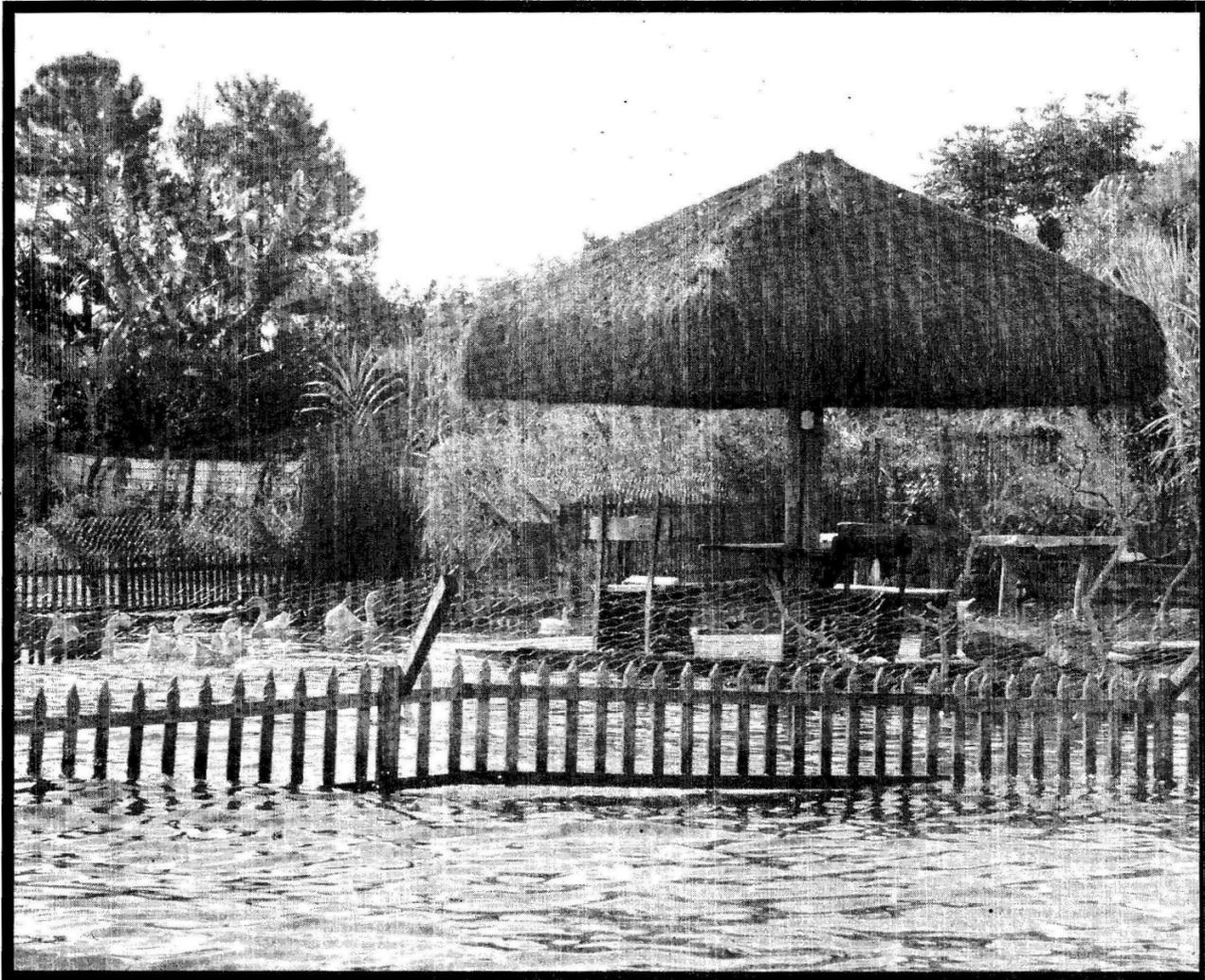
O secretário de Meio Ambiente, Jorge Pinheiro, recebeu o pedido do Ibama sem alarde. "Estamos tranquilos, até porque estamos fiscalizando o lago desde o ano passado, com respaldo do próprio governador para fazer o que for necessário para regularizar a situação", disse Pinheiro. Segundo ele, as declarações do gerente-executivo do Ibama-DF não mudarão o relacionamento entre o órgão federal e a secretaria.

Desde a criação da APA do Planalto Central, em janeiro de 2002, Ibama e Semarh divergiram sobre questões ambientais. Entraram em acordo só a partir de março deste ano. "Nosso relacionamento nunca foi tão bom", afirmou Pinheiro. De acordo com o secretário, o caso da mansão na QL 8 do Lago Sul com irregularidades ambientais, mostrada pelo **Correio** na quarta-feira, será resolvido.

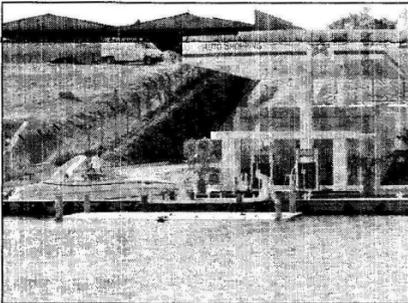
Pinheiro disse que foi procurado pelo senador Valmir Amaral (PMDB-DF). "Ele vai tomar providências para regularizar a situação", garantiu o secretário. Na terça-feira, Amaral disse ao **Correio** que não morava na mansão e que o imóvel era ocupado por seu pai. Ontem ele não foi localizado pelo jornal. Os vizinhos afirmam, entretanto, que o imóvel pertence ao senador e que ele passa os fins de semana no local.

"Moro há dez anos aqui e sempre soube que a casa era dele", revelou um morador que pediu para não ser identificado. A mansão da família Amaral, segundo especialistas ambientais, tem edifica-

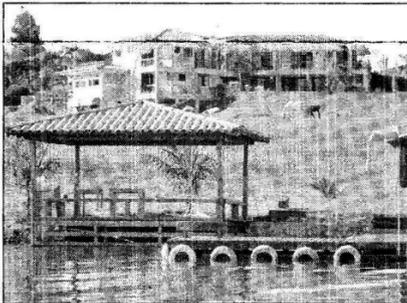
Fotos: Carlos Moura



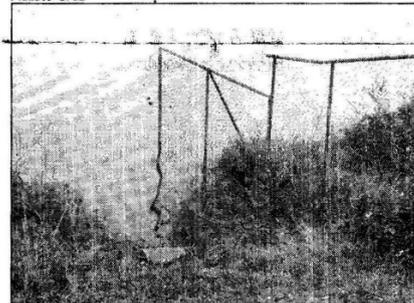
PATOS E MARRECOIS SÃO CRIADOS EM ÁREA PRIVADA CERCADA, DENTRO DO LAGO PARANOÁ: DESRESPEITO FLAGRANTE AO DIREITO DE USO COLETIVO



POSTO OCUPA ÁREA ONDE É PROIBIDO CONSTRUIR



OCUPAÇÃO SE ESTENDE À BEIRA DO LAGO PARANOÁ



CERCA IRREGULAR INVADE TAMBÉM AS ÁGUAS

“**COLOCAREMOS EM PRÁTICA DECISÃO JUDICIAL E IREMOS RESPEITAR A DETERMINAÇÃO DE DEIXAR LIVRE UMA FAIXA DE TERRA DE 30 METROS DA ORLA DO LAGO**”

Enio Dutra, secretário da Comparques

ções dentro de uma Área de Preservação Permanente (área de 30m às margens do lago), além de aterramentos para a construção de marinas.

Desde abril de 2003, a Semarh notificou 72 moradores nos lagos Norte e Sul. Eles terão que se adequar à legislação ambiental até 1º de julho, caso contrário pa-

“**O LAGO DEVERIA SER DA POPULAÇÃO, TODOS PAGAM IMPOSTOS TAMBÉM PARA UTILIZÁ-LO. É PRECISO BAIXAR REGRAS E EXIGIR**”

Dionélio Morosini, prefeito comunitário do Lago Norte

garão multa, que varia de R\$ 173 a R\$ 173 mil. "Cada caso será analisado individualmente, nossa intenção não é fazer uma derrubada em massa", adiantou o secretário.

Um especialista ambiental que preferiu se manter anônimo alegou que desde que Brasília foi inaugurada ninguém padronizou ou regulamentou a proteção da

margem do lago. "Quarenta e quatro anos depois, quem é que vai dizer ao proprietário do lote que ele não pode ocupar a orla?", questionou. No planejamento original do urbanista Lúcio Costa, o Lago Sul e o Lago Norte não existiam. O Lago Paranoá seria o ponto oficial de lazer do brasileiro e sua orla não seria ocupada.

O ambiente bucólico seria preservado para o lazer dos moradores. "(...) Apenas os clubes esportivos, os restaurantes, os lugares de recreio, os balneários e núcleos de pesca poderão chegar à beira d'água, a fim de preservar a orla intacta, tratada com bosque e campos de feição naturalista e rústica para os passeios e amenidades bucólicas de toda a população urbana", explicou o urbanista em seu relatório *Brasília, cidade que inventei*.

Lago particular

Aterramentos, construções em áreas preservadas e danos ambientais não são exclusividade dos moradores do Lago Sul. Em uma visita de barco pela orla do Lago Norte com a reportagem do **Correio**, o especialista ambiental identificou vários problemas às margens do lago. Em uma volta da QL 16 até a QL 2, via-se que pelo menos 90% das residências estavam com irregularidades. "Poucas pessoas não ocupam a área de preservação permanente", afirmou o especialista.

Os flagrantes chegam a ser surpreendentes. No conjunto 3 da QL 16, o morador, não contente em construir nos 30m de área verde, anexou parte do Lago Paranoá à sua propriedade. Dentro dele, colocou patos, marrecos e um quiosque. Na cerca, a placa *Cuidado, cão*, apesar da água. Na QL 14, o proprietário também fez seu lago próprio, mas em estilo japonês, sem patos.

Próximo à QL 12, um desmatamento das margens e um trator anunciam as intenção de edificar na área de preservação permanente. Na QL 2, o flagrante é na casa do deputado distrital Pedro Passos (PMDB). Com um muro verde e alto, ele impediu a continuação da segunda etapa da ciclovia.

Segundo a Semarh, 70% das notificações que envolvem o Paranoá estão no Lago Norte. O acesso público às águas do lago é hoje uma das questões mais complicadas da cidade. "O lago deveria ser da população, todos pagam impostos também para utilizá-lo", disse o prefeito comunitário do Lago Norte, Dionélio Morosini. "É preciso baixar regras e exigir", afirmou.

Para o administrador do Lago Norte, Erivaldo Mesquita, as irregularidades já são um fato. "Acontece desde que Brasília foi criada, numa situação que se constituiu num fato, saída é debater até encontrar uma solução civilizada e não agir de forma truculenta e inextrável", opinou.

Ciclovia invadida

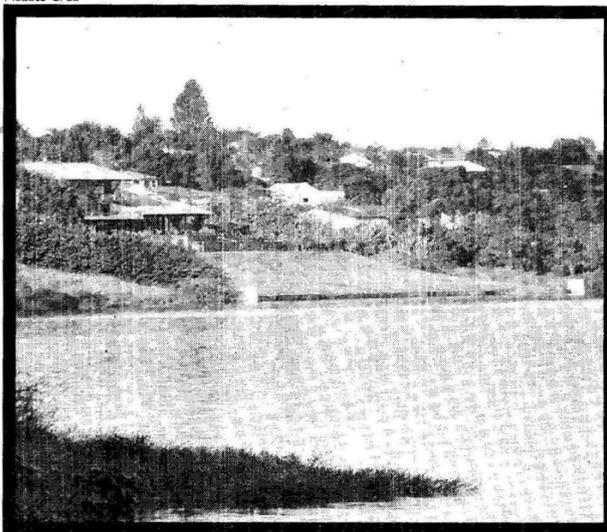
A Secretaria de Administração de Parque e Unidades de Conservação (Comparques) está com quase tudo pronto para retirar cercas de proteção de residências às margens da ciclovia no Lago Norte, entre as QLS 2 e 4. O secretário Enio Dutra informou que aguarda apenas licitação para cercamento do Parque Lago Norte, onde fica a ciclovia, para remover as invasões da área pública. "Colocaremos em prática decisão judicial e iremos respeitar a determinação de deixar livre uma faixa de terra de 30 metros da orla do Lago", afirmou.

Mesmo os proprietários de terrenos que recuaram as cercas com base em decisão judicial no ano passado terão de se adequar

novamente. Para não agredir ainda mais o meio ambiente, Enio Dutra planeja modificar a pista. Não haverá asfaltamento, como existia no passado. "Temos projeto para fazer pequenas pontes onde há nascentes. Faremos outro tipo de pista. Não podemos usar cimento", disse.

As máquinas da Novacap começaram a limpar o Parque Lago Norte e a ciclovia para a população. Neste domingo, haverá a 2ª Etapa do Circuito Ecológico dos Parques. São esperados 500 corredores e, além deles, moradores farão caminhadas ao longo do percurso original da ciclovia. "Queremos mostrar que a área está livre e qualquer pessoa poderá usufruir do

Adauto Cruz



local", destacou o secretário.

A intenção do governo do DF, segundo Enio Dutra, é terminar a segunda parte da ciclovia. Pelo

projeto original de Lucio Costa, toda a área às margens do Paranoá deverá ser livre para acesso aos moradores. Mas a maioria

A CASA DO DEPUTADO PEDRO PASSOS É UMA DAS QUE INTERROMPERAM A CICLOVIA

das casas com pontas-de-picolé, cujos terrenos têm acesso ao Lago, restringem o acesso.

Dois muros

Uma delas é a do deputado distrital Pedro Passos (PMDB). A mansão na QL 4 tem dois muros de contenção nas laterais. São 11 mil m² de terreno e 1.800 m² de área construída. É por lá que passará a continuação da ciclovia. "É claro que não gostaria que a pista fosse construída, mas se o poder público assim entender farei o possível para liberar a área", disse o deputado.

O problema, segundo Pedro Passos, é a erosão no terreno. Ele conta que fez os muros de contenção para barrar a descida da

terra ao lago provocada pelas obras da Novacap para captação de águas pluviais e da Caesb, que construiu rede de esgoto.

A ambientalista Dolores Pierson, coordenadora do Movimento Ecológico do Lago, diz que a decisão de revitalizar a ciclovia e proibir o cercamento da área partiu da denúncia dos moradores ao Ministério Público. "São anos de luta. E não vamos desistir até que toda a área esteja livre", afirmou. Ela criticou o argumento dos proprietários de terrenos de decidirem limitar o acesso às residências por questões de segurança. "Eles têm de ter privacidade e segurança, mas não destruir área de proteção ambiental para isso".